



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MEIO AMBIENTE - SMA



Licença de Operação

LO nº 83 / 2017

A Secretaria de Município de Meio Ambiente (SMA) criada pela Lei nº 5.769 de 27 de junho de 2013; com respaldo na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997; na Resolução CONSEMA nº 04, de 28 de abril de 2000; e Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente firmado com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM), publicado no Diário Oficial do Estado do RS em 02 de junho de 2010, expede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO que autoriza:

EMPREENDEDOR: AGROFORTE COMERCIAL AGROPECUARIA LTDA - ME
CPF/CNPJ: 94.780.178/0001-46
ENDEREÇO: RUA PINHEIRO MACHADO
BAIRRO: CENTRO
Nº: 2801
ATIVIDADE: COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS SEM MANIPULAÇÃO
CODIGO DA ATIVIDADE: 4110-20
VALIDADE: 29/06/2018
COORDENADAS DA CAPTAÇÃO NO SISTEMA SIRGAS 2000: LAT - 29° 41' 20" / LONG - 53° 48' 10"

1.1. Quanto aos Efluentes Líquidos

1.1.1. Não poderá ser lançado em curso d'água qualquer efluente líquido industrial (direta ou indiretamente) sem a prévia autorização do órgão ambiental, o qual definirá a viabilidade deste lançamento, e quais os padrões de emissão a serem atendidos.

1.1.2 Caso haja descarte de efluente líquido este deve atender os padrões de emissão concordantes com a Resolução CONSEMA nº 128/2006 para ser lançado em recurso hídrico direto ou indiretamente.

1.1.3. O sistema de esgotamento cloacal deverá estar obrigatoriamente ligado à rede coletora da CORSAN. No caso de a referida rede coletora estar ausente no local, deverá a empresa implantar sistema alternativo, projetado por profissional habilitado, atendendo as normas técnicas vigentes.

1.1.4. É vedado o descarte de resíduos oleosos na rede pública de esgotos.

1.1.5. Quando da presença de resíduos oleosos oriundos da atividade, estes deverão ser devidamente acondicionados e posteriormente enviados a uma instalação de destinação final, licenciado por Órgão Ambiental competente, sendo que o empreendedor deverá apresentar, a critério desta Secretaria, comprovação deste fato.

1.2. Quanto às Emissões Atmosféricas:

1.2.1. Os equipamentos e/ou operações passíveis de provocarem emissões de material particulado deverão ser providas de sistema de ventilação exaustor e equipamento de controle eficiente, de modo a evitar emissões deste material para a atmosfera.

1.2.2. O empreendimento não poderá emitir substâncias odoríferas para a atmosfera em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de sua propriedade.

1.2.3. É vedada a queima de resíduos sólidos, líquidos ou qualquer outro material inflamável.

1.3. Quanto aos Resíduos Sólidos:

1.3.1. Os rejeitos sólidos gerados deverão ser armazenados dentro da área do empreendimento (área coberta, com piso impermeável), de forma a não contaminar o meio ambiente, observando as NBR 12.235, NBR-11.174, NBR 10.004, até que seja dada a destinação adequada para o mesmo.

1.3.2. Todos os materiais, incluindo os rejeitos, deverão ficar dispostos a uma distância suficiente para que não haja contaminação de qualquer corpo d'água ou solo.

1.3.3. O empreendedor deverá apresentar anualmente declaração informando qual é a destinação dos rejeitos/resíduos sólidos gerados, com as devidas comprovações.

X

23

1.3.4. O empreendedor deverá atender as determinações impostas pela Lei Municipal nº 5.031, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o descarte e destinação final de lâmpadas no Município de Santa Maria.

1.3.5. O empreendedor deverá atender as determinações impostas pela Lei Municipal nº 4739 de 24 de Dezembro de 2003, que dispõe sobre acondicionamento em recipientes adequados para coleta de pilhas e baterias.

1.4. Quanto aos Níveis de Ruído:

1.4.1. Os níveis de intensidade de ruído gerados pela atividade industrial em questão deverão estar de acordo com o Código de Postura do Município de Santa Maria, Lei Complementar nº.: 92/2012.

1.4.2. O maquinário utilizado pela empresa não poderá propagar qualquer tipo de vibração e/ou trepidação, para fora dos limites da mesma.

1.5 Quanto ao uso de EPI's (Equipamento de Proteção Individual):

1.5.1 Fica obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual e afins em todas as operações e/ou etapas do processo.

2. Com vistas à renovação da Licença de Operação, o empreendedor deverá apresentar:

•Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação.

•Comprovante de pagamento dos custos dos serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Complementar nº 02/01, de 28 de dezembro de 2001.

•Outros documentos que se fizerem necessários, a critério do Órgão Ambiental do Município Atualizados.

3. Observações Finais:

A renovação desta Licença de Operação deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade;

Esta licença perderá a validade quando:

•Algum termo ou prazo estabelecido for descumprido;

•As informações contidas no Formulário de Informações Gerais para Licenciamento Ambiental, preenchido pelo empreendedor, não correspondam à realidade;

•O não atendimento às notificações e/ou advertências emitidas por esta Secretaria

Caso haja acidente com produtos químicos ou substâncias químicas armazenados (sólido-líquidos) a empreendedor deve comunicar a esta secretaria qual foi a forma de contenção e destino aplicado com as devidas comprovações.

No caso de qualquer alteração a ser realizada no empreendimento (alteração de processo, implantação de novas linhas, ampliação de área ou de produção, realocação, etc,) deverá ser previamente providenciado o licenciamento junto aos órgãos ambientais vigentes.

O empreendedor é responsável por manter as condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambientes decorrentes da má operacionalização.

A empresa Licenciada deve instalar em suas dependências uma placa identificadora a qual demonstra que a empresa possui Licenciamento Ambiental. O modelo para execução da placa, por parte do empreendedor, pode ser encontrado na página da Secretaria do Meio Ambiente no site da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

A empresa não poderá manter estoque de defensivos agrícolas, mas apenas produtos de baixa periculosidade em quantidade de prateleira.

Com base nos autos do processo administrativo nº. 200/2017/05/21700 Identificador: 2IA4X1Z

Esta Licença de Operação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Luciana Silveira da Rosa
Química Industrial nº 150428

CRQ: 05202008

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
RS